

O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: BREVES APONTAMENTOS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Gean De Sousa Araújo¹; Ana Livia Pereira de Araújo²; Pedro Eduardo Gomes de Oliveira³; Maryland Bessa Pereira Maia⁴

¹Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: gean.araujo@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: pereira.araujo@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: pedro.eduardo@aluno.uece.br

⁴Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: mary.bessa@uece.br

Resumo

Neste trabalho trazemos concepções sobre a importância do diálogo entre o ensino de história da educação e o perigo das consequências da contação das histórias de visão única. Através de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, esta produção apura em seus resultados o que resulta um ensino com essa singularidade de informação. Além disso, levamos em consideração a questão política e social do país e sua interferência nas histórias da população. Por fim, concluímos que para o combate da história única no ensino da disciplina de história da educação, é necessário a busca por fontes diversificadas, mas sempre analisando-as de forma crítica, pois a maior parte da história é contada pela elite, na qual repassa seu olhar estereotipado e preconceituoso da população menos favorecida socioeconomicamente.

Palavras-Chave: História única. História da educação brasileira. Lugar de fala.

1. Introdução

“É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que o povo se torna”

Chimamanda Ngozi Adichie

Atualmente vivemos em um mundo globalizado, onde múltiplas informações são repassadas, influenciando a construção da nossa identidade e a forma como interpretamos nossa realidade. Nesse sentido, a pensadora nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie (2019), discute na sua palestra, que logo em seguida foi adaptada para o livro “O perigo de uma história única”, o impacto problemático da propagação da história única no modo de pensar e agir dos indivíduos. Com isso, compreendemos que o campo educacional não foge desse obstáculo.

sendo, em muitos casos, o espaço que reforça ideias eurocêntricas e elitizadas que reduzem pessoas de culturas, religiões, classes, gênero, étnica e raça diferentes dos que eles defendem.

Diante disso, percebemos a importância de dialogar sobre o perigo da história única na disciplina de história da educação brasileira no curso de Pedagogia, visto que estudamos de modo amplo sobre os acontecimentos históricos, entretanto, quando investigamos a história educacional local e regional, notamos que existem contradições ou que as informações que sabíamos eram incompletas. Nesse cenário, Souza (2025) salienta a relevância dos estudos e produções de fontes narrativas, como as biografias de professoras, para a reconstituição e a (re)escrita crítica do contexto histórico-educativo que foi silenciado e esquecido.

Durante as modificações curriculares, a matéria de História da Educação Brasileira tornou-se um ambiente propício para a contestação das narrativas dominantes, que perpetuam e intensificam a história eurocêntrica amplamente divulgada nas instituições de ensino. Esta pesquisa bibliográfica, ora transformada em artigo, visa abordar o risco de uma “narrativa única” na abordagem do ensino da História da Educação Brasileira. É relevante salientar que essa pesquisa faz parte da produção da bolsa de monitoria vinculada à disciplina de História da Educação Brasileira no curso de Pedagogia da UECE, campus Iguatu-Ce.

O trabalho divide-se em: o primeiro tópico aborda as narrativas, autores e perspectivas que são privilegiadas ou silenciadas a partir do conceito de “História Única” desenvolvido pela autora Chimamanda Ngozi Adichie. Em seguida, a partir da pesquisa bibliográfica, a metodologia identifica conteúdos mais alcançados por narrativas eurocentradas que sofrem ao longo do exercício de sua função na universidade.

2. Conceituando o perigo de uma história única para o conhecimento educativo

A criação da Escola de Annales, durante o século XX, promoveu alterações significativas na maneira de conceber a história, introduzindo no contexto global a discussão sobre as atividades humanas, cotidianas e aparentemente simples. Sua trajetória, articulada em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, na Universidade de Estrasburgo, identifica a problematização social como referência para pensar a cultura e a sociedade. Considerando isso, a abordagem eurocêntrica da história requer uma avaliação de sua veracidade e relevância.

Na atualidade, é passivo de questionarmos de forma crítica sobre as histórias que recebemos e reproduzimos. De acordo com Monteiro e Andrade (2025, p. 4),

[...] os discursos hegemônicos – frequentemente reproduzidos pelos meios de comunicação e também pelos sistemas educacionais – produzem significados que reforçam relações de poder, estigmatizando grupos e restringindo o reconhecimento de suas múltiplas dimensões culturais e históricas. Nessa lógica, a história única opera como um dispositivo de marginalização: não apenas se cala sobre outras histórias, como as invalida.

Logo, é importante fazer perguntas como: Se a história da “descoberta” do Brasil fosse a história única contada por colonizadores? Ou se a ditadura fosse contada apenas pela concepção de chefes e coronéis que lideraram todos os atos durante esse período?

Desse modo, observamos que a história única possui uma finalidade, que é potencializar o poder do opressor. Para essa finalidade, Althusser (1985) discute que as instituições de ensino funcionam como aparelho ideológico do estado e defendem os interesses do domínio privado através da ideologia elitista, sendo elas espaços públicos ou privados. Com isso, compreendemos que a educação é utilizada como instrumento de controle, reforçando estereótipos de certos grupos sociais e raciais, para proteger privilégios dos indivíduos que historicamente possuem o prestígio.

Dessa forma, podemos perceber que “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (Adichie, 2009, p.14). Portanto, o presente trabalho busca através de uma pesquisa bibliográfica, trazer a perspectiva de uma história única dentro do ensino de história da educação brasileira e as suas consequências.

3. Metodologia

A pesquisa utilizada para aprofundamento e conhecimento temático foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões.

Nesse cenário, para “filtrar” as informações e buscas, a abordagem qualitativa foi efetivada durante as leituras. A abordagem qualitativa tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área da educação. Uma pesquisa com

essa abordagem caracteriza-se pelo enfoque interpretativo. (Erickson, 1989). Com esse sentido realizamos o estudo para interpretar o que de fato implica uma história única no “ensinar”.

Para alcançar tal objetivo, percorremos as seguintes etapas, a saber: a primeira foi a leitura e resumo do livro O Perigo de uma História Única, da autora Chimamanda Ngozi Adichie. Desse material, extraímos os conceitos mais importantes para análise. A segunda etapa foi a observação do Plano da disciplina de Educação Brasileira do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), campus UECE.

4. Resultado e discussões

4.1. Narrativas eurocentradas e o perigo de uma história única na disciplina de História da Educação Brasileira

A disciplina de História da Educação Brasileira é ofertada no segundo semestre do Curso de Licenciatura da Pedagogia na FECLI. Para Saviani (2008), o ensino da historiografia educacional é relevante para que os educadores tenham consciência e não se esqueçam que desafios e avanços que enfrentamos atualmente é oriundo das construções históricas. Logo, essa cadeira busca trazer para os universitários que ainda estão iniciando sua formação a fundamentação sobre o processo histórico-educativo através de uma análise reflexiva e crítica.

Dessa forma, é estruturado o ensino-aprendizagem de forma cronológica, revisitando períodos e marcos históricos que compõem a história da educação brasileira de forma macro. Nesse cenário, conteúdos como Educação Jesuítica, Reformas Pombalinas, Escola Nova, Tecnicismo e Movimentos Críticos Educacionais são o centro para as discussões em sala de aula. Assim, o diálogo entre a participação da turma e as temáticas aprofundadas, dinamiza a preservação da história educacional, em razão de que o esquecimento desses processos potencializa a suas repetições (Saviani, 2008).

Inicialmente, a autora destaca sobre as influências das suas leituras estrangeiras, principalmente britânicas, durante sua infância, na qual acabou construindo uma identidade diferente da sua cultura local. Entretanto, isso mudou após ela começar a obter contato com a literatura africana. Nessa perspectiva, segundo Munanga (2010), desde a abolição da escravidão no Brasil, os sobreviventes e seus descendentes são submetidos a um sistema educacional monocultural, eurocêntrico, que nada tinha a ver com sua história, sua cultura e visão do mundo. Logo, é interessante que no ensino da disciplina de história da educação brasileira, possamos estudar diferentes autores e dialogarmos criticamente sobre os conteúdos ministrados em sala de aula.

Além disso, compreende-se que a predominância de narrativas eurocentradas no contexto educacional contribui para a construção de uma visão limitada da realidade social e histórica dos estudantes. Conforme aponta Munanga (2010), o sistema educacional brasileiro historicamente negligenciou as contribuições culturais e intelectuais dos povos negros, favorecendo um modelo monocultural. Assim como ocorreu com Adichie em sua infância, muitos educandos passam a acreditar que apenas determinadas culturas e saberes são legítimos, o que reforça desigualdades simbólicas e enfraquece o sentimento de pertencimento daqueles que não se veem representados nos conteúdos escolares.

Nesse sentido, a escola, ao priorizar determinadas perspectivas em detrimento de outras, acaba funcionando como um espaço de reprodução de discursos hegemônicos. Darcy Ribeiro (1995) já alertava para o caráter excludente da educação brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e pela negação da diversidade cultural do povo. Quando a história da educação é apresentada de forma homogênea, sem considerar as múltiplas experiências vividas por diferentes grupos sociais, perpetua-se uma lógica de silenciamento, comprometendo a formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Ainda mais, torna-se fundamental que o ensino da história da educação brasileira promova o acesso a narrativas plurais, valorizando produções oriundas de diferentes contextos sociais, culturais e étnico-raciais. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 representa um importante marco ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, buscando combater o apagamento histórico e o racismo estrutural. Ao ampliar as referências teóricas e metodológicas, cria-se a possibilidade de uma formação mais democrática, reflexiva e humanizada, contribuindo para a construção de professores comprometidos com a transformação da realidade educacional.

Em seguida, Chimamanda Ngozi Adichie, expõe, dentro do contexto das histórias vivenciadas por ela, alguns problemas desencadeados por naquele momento ter tido as atenções voltadas para uma única versão: “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2009, p.12). Trazendo para a educação, toda e qualquer história repassada e entendida de forma singular, acarreta desinformação. Consequentemente, uma parte daquela história acaba sendo esquecida, silenciada, resultando no apagamento de narrativas que, na maioria das vezes, são das minorias sociais, prejudicando a construção de identidade desse público.

Historicamente, a educação brasileira construiu e se desenvolveu com ideias, fundamentos e conceitos europeus. O problema disso é ter uma visão única, com isso irreduzível e incontestada durante muitos anos. Em uma história única não existe lugar de fala, pois só

existe uma só verdade nesse contexto “uma vez que as realidades permanecem subentendidas no interior da normatização hegemônica” (Pereira, 2018, p. 154). Logo, quando as aulas da disciplina de história da educação não se tornam espaços de reflexões críticas sobre as condições educacionais das épocas passadas, acaba-se que exaltando processos educativos sem compreender a problemática que as estão integradas.

Diante da predominância de uma narrativa eurocentrada e homogênea, as desigualdades educacionais passam a ser compreendidas como fenômenos naturais e inevitáveis, desvinculados de processos históricos, políticos e sociais. Conforme aponta Veiga (2012), a historiografia da educação brasileira, ao privilegiar determinados sujeitos e experiências, contribui para a invisibilização das camadas populares. Ao apresentar determinados grupos como protagonistas do desenvolvimento educacional, enquanto outros permanecem silenciados, constrói-se a ideia de que o acesso desigual ao conhecimento é resultado apenas do mérito individual. Esse discurso contribui para a manutenção de privilégios e dificulta a compreensão crítica das estruturas que sustentam as assimetrias no sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, a história única tende a romantizar determinados períodos e reformas educacionais, exaltando avanços institucionais sem problematizar seus limites e contradições. Muitas vezes, políticas educacionais são apresentadas como marcos universais de progresso, sem considerar que seus benefícios não alcançaram igualmente todos os segmentos da população. De acordo com Vendrami (2019), a desigualdade educacional no Brasil está diretamente relacionada às desigualdades sociais e econômicas, não podendo ser analisada de forma isolada. Assim, omite-se o impacto da exclusão social, do racismo estrutural e das desigualdades regionais na constituição do sistema de ensino, reforçando uma leitura superficial e despolitizada da realidade educacional.

Além disso, ao silenciar os conflitos e as disputas presentes na trajetória da educação brasileira, a narrativa hegemônica contribui para a formação de sujeitos pouco sensíveis às injustiças sociais. A ausência de debates sobre precarização do ensino público, evasão escolar e marginalização de determinados grupos impede que os estudantes compreendam tais problemáticas como resultado de escolhas políticas e econômicas, a falta de problematização histórica favorece a naturalização das desigualdades, enfraquecendo a formação crítica. Dessa forma, o ensino da História da Educação, quando pautado por uma perspectiva única, fragiliza a construção de uma consciência reflexiva e limita as possibilidades de transformação social.

Nessa perspectiva, a educação deve ser compreendida como um instrumento fundamental para a emancipação dos sujeitos, possibilitando que os estudantes desenvolvam

uma postura crítica diante da realidade social em que estão inseridos. Quando o ensino da História da Educação ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e passa a problematizar os processos históricos, políticos e culturais, cria-se um ambiente favorável à formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres. Assim, o conhecimento deixa de ser apenas informativo e assume um caráter formativo e transformador.

Além disso, uma educação emancipatória contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual dos educandos, estimulando-os a questionar discursos prontos e interpretações naturalizadas. Ao entrar em contato com múltiplas narrativas e diferentes perspectivas históricas, os estudantes passam a compreender que a realidade é construída socialmente e pode ser reinterpretada. Esse processo favorece o desenvolvimento da capacidade argumentativa, da reflexão crítica e da participação ativa nos debates sociais, elementos essenciais para a consolidação da cidadania.

Por fim, ao promover uma prática pedagógica voltada para a emancipação, o professor assume o papel de mediador do conhecimento, incentivando o diálogo, o respeito à diversidade e a valorização das experiências dos alunos. Nesse contexto, o espaço escolar torna-se um ambiente de construção coletiva do saber, no qual diferentes vozes são reconhecidas e legitimadas. Dessa forma, o ensino da História da Educação passa a contribuir efetivamente para a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social.

Dessa maneira, para entendermos o que é lugar de fala, é preciso abrir os nossos olhos para o ponto de vista narrativo que sempre estudamos, escutamos e observamos, possibilitando que haja espaço que contextualiza um fato, assim como Chimanda traz:

“[...] comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente. (Adichie, 2009, p. 09).

Nesse contexto, ressaltamos a importância de dar voz a quem tem voz neste lugar, ou seja, para falar de um fato ou uma experiência é preciso escutar a pessoa de quem pertence e foi afetado por aquela história. Assim, as vivências das aulas do histórico-educativo são oportunidades de questionarmos qual discurso é fortalecido em cada passo da trajetória da educação, potencializando uma formação de professores mais críticas e humanizadas.

Nessa perspectiva, entendemos a necessidade de investigarmos fontes diversificadas para o estudo da história da educação, procurando relacionar o discurso da narrativa tradicional com as questões de gênero, sociais e raça, porque

Acreditamos que a apropriação do saber não se dá apenas na sua transmissão. Quando o conhecimento transmitido é refletido criticamente, questionado, pode intervir no cotidiano de quem aprende e ensina, mudando a realidade tantas vezes desumana e injusta [...] (Eggert et al, 2010, p. 108).

Dessa forma, percebemos como a ausência de narrativas com o foco no público minoritário, acaba que negligenciando a oportunidade de exercerem o seu lugar de fala. Além disso, ao conceber o ensino da disciplina como mera transmissão de conhecimento, estamos nos condenando a ser seres passivos, o que é contra a característica primordial de uma cadeira acadêmica da área de ciências humanas e sociais.

Diante do exposto, é importante que o professor, universitários e a comunidade se unam por uma educação história mais crítica e humanizada, pois é através dessas características que construímos uma identidade de professores mais engajados e participativos com as pautas sociais. De acordo com Nunes (2003), ao criarmos um ambiente colaborativo, exploratório e investigativo sobre o processo histórico-educacional, potencializamos uma educação dos sentidos, que busca integrar o estudante a ter maior proximidade com a sua realidade e preservar o que estava ficando no esquecimento. Logo, o ensino e a aprendizagem na disciplina de história da educação, acaba que combatendo o perigo da história única, visto que a possibilidade de estudar outras fontes que se distinguem ou complementam o que o referencial tradicional traz, nos estimula a refletir e buscar entender os fatos históricos vivenciados.

5. Conclusões

Nesse estudo, buscamos trazer um olhar sobre o perigo da história única dentro do ensino da disciplina de História da Educação Brasileira, que está vinculado ao curso da pedagogia da FECLI/UECE. Para essa análise, utilizamos a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, em razão de que sua natureza foi interpretativa e reflexiva sobre as produções publicadas sobre a temática.

Nesse sentido, identificamos que há uma hierarquia no ensino dos conteúdos, privilegiando o interesse de um grupo socialmente privilegiado, e também, há a escassez de estudos sobre indivíduos invisibilizados da nossa sociedade, criando, dessa forma, uma lacuna

sobre o histórico-educativo brasileiro. Com isso, é necessário revisitar o estudo das histórias e trazer pesquisas que não tenham cunho único de informação. Assim é possível corrigir certos estereótipos, preconceitos e desinformações que são postumamente repassados em salas de aulas e em diferentes níveis de ensino.

Vivemos em um sistema capitalista dominado pela elite, que é composta por “meia” dúzia de “super ricos”. O planejamento dessas pessoas não é conscientizar ou formar o senso crítico das grandes massas que é a classe trabalhadora do país. A marginalização das comunidades, das culturas e costumes do povo negro, o sucateamento na educação e na saúde pública; não aconteceu do nada, nada mais é que escolhas na tentativa de afastar esse povo de uma educação de qualidade, de um acesso a lugares e cargos de que por muito tempo só contemplavam a elite burguesa.

6. Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- EGGERT, Edla; LEÃO, Maria da Graça; PACHECO, Joice Oliveira; CASTRO, Amanda Motta Ângelo. RESSIGNIFICAR HISTÓRIAS DE VIDA NAS AULAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Póesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 1, p. 93–110, 2010. DOI: 10.5216/rpp.v8i1.12173. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poesis/article/view/12173>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación. In: WITTROCK, M. C. **La investigación de la enseñanza**, II. Barcelona- Buenos Aires-México: Paidós, 1989, p. 195-299.
- MONTEIRO, G. da S.; ANDRADE, M. R. C. de. O perigo de uma história única: reflexões sobre a educação e a formação de estereótipos. **REVISTA DELOS**, [S. l.], v. 18, n. 68, p. e5391, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n68-021. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/5391>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- MUNANGA, K. Educação e diversidade cultural. In: **Cadernos Penesb**: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas. Rio de Janeiro – Niterói: EdUFF, 2010, p. 1 – 200.
- PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala?. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 36, n. 72, p. 153-156, 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS–Revista Científica**, v. 10, p. 147-168, 2008.
- SOUZA, Ruan Pablo Bezerra de; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. PIONEIRISMO DE MARIA NADIR VIEIRA LEMOS NA EDUCAÇÃO DE VARJOTA, IGUATU-CE. *Revista*

Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, [S. l.], v. 11, n. 35, 2025. DOI: 10.21920/recei.v11i35.6675. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/6675>. Acesso em: 21 jan. 2026.

VEIGA, Cynthia Greive. Eurocentrismo e desigualdade escolar na História da Educação brasileira. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 28–53, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/555205d3-67f1-43fc-a243-d145c3462720/content> Acesso em: 21 fev. 2026.

VENDRAMI, Luiz Mendes. A desigualdade social e a educação no Brasil. **Revista Metapre**, Instituto Federal Catarinense, v. 4, n. 1, p. 45–60, 2019.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP